12 — A comissão de acompanhamento é o órgão responsável pelo acompanhamento da preparação e implementação da operação integrada de desenvolvimento, designadamente no que respeita a garantir a sua avaliação e correcção.

13 — A comissão de acompanhamento será constituída por representantes das seguintes instituições:

- a) Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional;
- b) Comissão das Comunidades Europeias;
- c) Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- d) Comissão executiva do Gabinete para a Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal;
- e) Governo Civil do Distrito de Setúbal;
- f) Associação de Municípios do Distrito de Setúbal;
- g) Núcleo Empresarial Regional de Setúbal;
- h) União dos Sindicatos de Setúbal;
- i) União Geral de Trabalhadores (Setúbal).

14 — A comissão de acompanhamento será presidida pelo director-geral do Desenvolvimento Regional.

15 — O conselho coordenador é o órgão responsável pelo intercâmbio das informações e tratamento intersectorial das questões relacionadas com a preparação e implementação da operação integrada de desenvolvimento.

16 — O conselho coordenador será constituído por representantes das direcções-gerais da administração central, do governador civil do Distrito de Setúbal, dos municípios e dos institutos públicos directamente envolvidos na realização de acções da operação integrada de desenvolvimento.

17 — As direcções-gerais da administração central, os municípios e os institutos públicos que integrarão o conselho coordenador serão designados por despacho conjunto, com base em proposta da comissão executiva.

18 — O conselho coordenador será presidido pelo presidente da comissão executiva.

19 — A comissão executiva apresentará ao Governo uma proposta de pedido de apoio financeiro comunitário para a realização da operação integrada de desenvolvimento, incluindo o respectivo programa plurianual, no prazo de seis meses a partir da sua tomada de posse e após auscultação dos restantes órgãos do Gabinete.

20 — O Gabinete da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal extinguir-se-á com a conclusão e avaliação final dos resultados da respectiva implementação.

Presidência do Conselho de Ministros. — O Primeiro-Ministro, *Anibal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 119/88

de 19 de Fevereiro

Tendo sido oportunamente requerida a constituição de uma sociedade gestora de fundos de pensões e encontrando-se o respectivo processo devidamente instruído:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, ouvido o Instituto de Seguros

de Portugal, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 396/86, de 25 de Novembro, autorizar a constituição da Segurança na Reforma — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

Ministério das Finanças.

Assinada em 4 de Fevereiro de 1988.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO E DO COMÉRCIO E TURISMO

Portaria n.º 120/88

de 19 de Fevereiro

Considerando que o monopólio comercial que a Administração-Geral do Açúcar e do Alcool, E. P. — AGA, detém sobre o álcool deverá ser eliminado até 1 de Janeiro de 1993 de acordo com as disposições do Tratado de Adesão à CEE e que, em consequência, deverão ser facultadas gradualmente à AGA as condições de aprovisionamento em matéria-prima de que gozam as suas congéneres comunitárias;

Considerando que a imposição administrativa de compra de todo o figo e aguardente de figo, apresentados pelos produtores e destiladores, a preços muito superiores ao seu real valor alcoógeno terá de ser adaptada tendo em atenção não só a Recomendação da Comissão das Comunidades Europeias de 8 de Outubro de 1987 sobre a matéria, mas também a necessidade de aproximação dos custos de produção de álcool de figo aos custos de produção de álcool proveniente de outras matérias-primas;

Considerando que o novo esquema de preços de garantia para o figo, estabelecido desde já para as campanhas de 1987-1988 e de 1988-1989 a níveis degressivos, constituirá para os produtores orientação inequívoca com vista à utilização alternativa do produto relativamente à destilação para álcool e esperando-se que as quantidades entregues, por ora ainda sem limite, decresçam naturalmente, sem necessidade de, no futuro, se imporem medidas restritivas;

Considerando que as empresas rectificadoras terão de obter desejáveis melhorias de produtividade para manter os rendimentos de subcontratação com a AGA, referentes às taxas de rectificação, que, por agora, se mantêm aos níveis do ano corrente:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º e do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 508/85, de 31 de Dezembro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Comércio e Turismo, aprovar o seguinte:

1.º Para as campanhas de figo de 1987-1988 e de 1988-1989, os preços de garantia do figo industrial posto nas destilarias pela Administração-Geral do Açúcar e do Alcool, E. P. — AGA, isento de impurezas e com grau de humidade normal, são os seguintes, por arroba:

Campanha de 1987-1988 — 490\$;
Campanha de 1988-1989 — 450\$.

2.º Sempre que o figo apresente teor de impurezas ou de humidade anormal, os preços fixados sofrerão descontos proporcionais à incidência desses factores, podendo, inclusive, ser recusada a sua recepção.

3.º Os preços da aguardente de figo, na base de 50% a 20°C, limpa de prova e cheiro, com um teor alcoólico mínimo de 40% a 20°C e com valores analíticos considerados normais, colocada nas fábricas produtoras de álcool a indicar pela AGA, são os seguintes, por litro:

Campanha de 1987-1988 — 74\$60;

Campanha de 1988-1989 — 70\$.

4.º A taxa de destilação da aguardente, na base de 50% a 20°C, para as campanhas de 1987-1988 e de 1988-1989, tendo em atenção o rendimento mínimo de 8,75 l por arroba de figo, é de 18\$80 por litro.

5.º — 1 — As taxas de laboração do álcool obtido a partir do figo, da aguardente de figo e do melaço para os anos de 1988 e de 1989, por litro de álcool a 95,5% a 20°C, são as seguintes:

Figo — 64\$64;

Aguardente de figo — 28\$45;

Melaço — 46\$13.

2 — O álcool produzido deverá obedecer às características especificadas na lei, não podendo o volume do álcool sem características legais ultrapassar os 10% do volume total produzido na base de 95,5% a 20°C.

6.º — 1 — O disposto nos n.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 4.º da presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 1987 no que se refere à campanha de 1987-1988 e a partir de 1 de Outubro de 1988 no que se refere à campanha de 1988-1989.

2 — O disposto no n.º 5.º da presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1988.

7.º Este diploma aplica-se ao território do continente.

Ministérios das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Comércio e Turismo.

Assinada em 31 de Dezembro de 1987.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Luís Gonzaga de Sousa Morais Cardoso*, Secretário de Estado da Alimentação. — O Ministro do Comércio e Turismo, *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Portaria n.º 121/88

de 19 de Fevereiro

O Decreto-Lei n.º 193/87, de 30 de Abril, procedeu à revisão dos escalões em que se integra a carreira de adjunto técnico, afeiçoando-os ao novo ordenamento geral das carreiras implementado pelo Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

No seu artigo 6.º estipula que as alterações aos quadros de pessoal, para efeitos da sua aplicação, são

feitas através de portaria conjunta do membro do Governo competente e do Ministro das Finanças.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 193/87, de 30 de Abril:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Indústria e Energia, o seguinte:

1.º Os adjuntos técnicos que se encontram providos em lugares da respectiva carreira nos quadros de pessoal dos organismos e serviços do Ministério da Indústria e Energia constantes dos mapas anexos à Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto, são integrados nas categorias de transição que lhes competem na carreira técnico-profissional, nível 4, de acordo com a tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 193/87, de 30 de Abril.

2.º Os quadros de pessoal dos organismos e serviços do Ministério da Indústria e Energia referidos no número anterior são acrescidos dos lugares da carreira técnico-profissional, nível 4, necessários para cumprimento do disposto no mesmo número, de acordo com o mapa anexo à presente portaria.

3.º Os lugares constantes do mapa anexo a esta portaria serão extintos quando vagarem.

4.º O preenchimento dos lugares condicionados da carreira técnico-profissional, nível 4, constantes dos mapas anexos à Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto, só poderá ser efectuado em função da extinção dos lugares de adjunto técnico que se encontram vagos à data da publicação da presente portaria ou à medida que for ocorrendo a extinção prevista no n.º 3.º do presente diploma.

Ministérios das Finanças e da Indústria e Energia.

Assinada em 25 de Janeiro de 1988.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*.

Mapa

Designação do organismo ou serviço	Categoria de transição	Letra de vencimento	Número de lugares
Secretaria-Geral	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe.	G	3
	Técnico-adjunto especialista.	H	2
Gabinete de Estudos e Planeamento.	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe.	G	2
	Técnico-adjunto	I	8
Direcção-Geral de Energia	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe.	G	4
	Técnico-adjunto especialista.	H	4
	Técnico-adjunto principal	I	9
Direcção-Geral de Geologia e Minas.	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe.	G	2
	Técnico-adjunto especialista.	H	8
	Técnico-adjunto principal	I	3
Direcção-Geral da Indústria	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe.	G	5
	Técnico-adjunto especialista.	H	4
	Técnico-adjunto principal	I	2